

PROJETO DE LEI nº, de 2015

(Do Sr. Zé Silva-Solidariedade/MG)

“Dispõe sobre a obrigatoriedade da inclusão de alimentos orgânicos na alimentação escolar e dá outras providências.”

Art. 1º. Esta lei dispõe sobre a inclusão de alimentos orgânicos na alimentação escolar, estabelece critérios para inclusão e dá outras providências.

Art. 2º. Fica instituída a obrigatoriedade de pelo menos 30% de alimentos orgânicos na alimentação escolar pública:

I- Dos 30% dos alimentos orgânicos certificados que trata o art. 2º, 20% deverão ser provenientes da agricultura familiar e o restante de agricultores orgânicos não familiares.

Art. 3º. Entende-se por alimentos orgânicos aqueles produzidos nos termos da Lei Federal nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, ou a norma que vier a substituí-la, devidamente certificados.

Parágrafo único: a certificação deverá ser atestada por certificadora devidamente credenciada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), ou por Sistema Participativo de Garantia, nos termos da legislação federal vigente.

Art. 4º. A aquisição de alimentos orgânicos poderá ser realizada por meio de chamada pública de compra, nos termos da resolução 38 do Fundo Nacional de Desenvolvimento Escolar ou da norma que vier a substituí-la, desde que os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado local e os alimentos atendam às exigências de qualidade estabelecidas pelas normas que regulamentam a matéria.

Art. 5º. Será priorizada a aquisição de alimentos orgânicos diretamente da agricultura familiar, do empreendedor familiar ou de suas organizações, assentamentos da reforma agrária, comunidades tradicionais e produtores orgânicos localizados no território localizados próximos às escolas públicas.

Art. 6º. Para a aquisição de alimentos orgânicos poderão ser adotados preços diferenciados:

I – Para alimentos orgânicos certificados, de até 30% (trinta por cento) a mais em relação a produto similar convencional.

Art. 7º. Os alimentos orgânicos produzidos no município, próximos às escolas, especialmente os oriundos da agricultura familiar, terão preferência sobre os produzidos em outras localidades, quando em igualdade de condições de preço, qualidade e prazo de entrega.

Art. 8º. As unidades escolares poderão adotar cardápios diferenciados, respeitando a sazonalidade da oferta de alimentos orgânicos.

Art. 10. As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 11. O Poder Executivo regulamentará esta Lei em até 90 dias a contar da apresentação do Plano de que trata o artigo Art. 10º, parágrafo 2º.

Art. 12. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, março de 2015

Justificativa

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é a maior e mais antiga política pública no Brasil. A alimentação escolar é defendida como um direito dos estudantes e considerada uma das estratégias de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Recentemente, novas diretrizes de execução do PNAE foram estabelecidas a partir da Lei Federal nº 11.947 e da Resolução nº 38/Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), promulgadas em julho de 2009. O FNDE faz os repasses de verbas provenientes do governo federal para a alimentação escolar dos estados e municípios, com base no número de alunos matriculados na educação básica. Uma das diretrizes estipula que, no mínimo, trinta por cento (30%) do total destes recursos sejam destinados à compra de alimentos, **preferencialmente orgânicos**, produzidos pela agricultura familiar (AF), local, regional ou nacional.

O Programa, a partir dessas diretrizes, tornou-se importante segmento institucional para aquisição de alimentos da agricultura familiar. Nesse contexto, o estímulo e o apoio à agricultura familiar têm se mostrado relevantes para a formulação e a implementação de ações municipais de SAN e de desenvolvimento local, que visem promover o Direito Humano à Alimentação Adequada. Assim, a produção de alimentos, especialmente a da agricultura familiar, tem se fortalecido com iniciativas de articulação de políticas públicas, a exemplo do PNAE com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Mesmo com os êxitos dos programas governamentais fomentadores da compra de produtos orgânicos para a alimentação escolar, desejamos com esta propositura dar um passo adiante, obrigando as escolas a oferecer a nossas crianças somente produtos orgânicos provenientes da agricultura familiar. Assim lhes asseguraremos segurança alimentar, que é o

direito de acesso que todos têm a alimentos de qualidade, de forma regular e permanente, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades básicas. Vale ressaltar que segurança alimentar também envolve práticas alimentares saudáveis, que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis, a exemplo dos orgânicos.

Este projeto tenciona incentivar a boa prática de produção ecologicamente sustentável, mediante a introdução de alimentos orgânicos de origem agropecuária. Assim, solicito o apoio dos nobres Pares para aprovação da Matéria.

Sala das Sessões, em de março de 2015.

Dep. ZÉ SILVA-
SOLIDARIEDADE/MG